



2º SIMULADO

Legislação do SUS

Lei 8080/90

Simulado

2º Simulado Legislação do SUS (Lei 8.080/90)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Legislação do SUS - Lei 8.080/90**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ofTyWUUVrbfupFza7>

01 - A B C D E	07 - A B C D E	13 - A B C D E	19 - A B C D E	25 - A B C D E
02 - A B C D E	08 - A B C D E	14 - A B C D E	20 - A B C D E	26 - A B C D E
03 - A B C D E	09 - A B C D E	15 - A B C D E	21 - A B C D E	27 - A B C D E
04 - A B C D E	10 - A B C D E	16 - A B C D E	22 - A B C D E	28 - A B C D E
05 - A B C D E	11 - A B C D E	17 - A B C D E	23 - A B C D E	29 - A B C D E
06 - A B C D E	12 - A B C D E	18 - A B C D E	24 - A B C D E	30 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/9tdP>

SUS LEI 8.080/90*Breno Caldas*

1. Sobre a participação social no SUS, de acordo com a Lei 8.142/90, assinale a alternativa correta:

- a) Os Conselhos de Saúde têm caráter consultivo e se reúnem trimestralmente.
- b) As Conferências de Saúde devem ocorrer a cada dois anos e possuem caráter deliberativo.
- c) Os Conselhos de Saúde devem garantir a participação de, no mínimo, 50% de representantes dos usuários.
- d) As Conferências de Saúde são responsáveis pelo planejamento orçamentário do SUS.
- e) A convocação da Conferência Nacional de Saúde é atribuição exclusiva do Ministério da Saúde.

2. Sobre a transferência de recursos financeiros do SUS, conforme a Lei 8.142/90, é correto afirmar que:

- a) Diretamente para os Fundos de Saúde, de forma regular e automática.
- b) Apenas mediante convênios específicos entre União, Estados e Municípios.
- c) Somente para os estados, que depois repassam aos municípios.
- d) Exclusivamente para municípios com mais de 100 mil habitantes.
- e) De acordo com a arrecadação local de impostos do município solicitante.

Espaço livre

3. Sobre o objetivo principal da Lei 8.142/90, assinale a alternativa correta:

- a) Regular o financiamento e a participação da comunidade na gestão do SUS.
- b) Criar novas diretrizes para a organização do SUS, substituindo a Lei 8.080/90.
- c) Definir os princípios doutrinários do SUS.
- d) Estabelecer regras para a carreira dos profissionais do SUS.
- e) Criar conselhos de saúde apenas no âmbito federal.

4. Segundo a Lei 8.142/90, os recursos do SUS serão transferidos de forma:

- a) Somente quando houver saldo positivo no orçamento da União.
- b) Mediante convênios específicos para cada área da saúde.
- c) Direta e automática, do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais.
- d) Apenas para os estados, que depois repassam aos municípios.
- e) Mediante aprovação do Congresso Nacional a cada exercício financeiro.

5. Quais são as duas instâncias de participação popular previstas na Lei 8.142/90?

- a) Comitês de Saúde Pública e Conselhos de Fiscalização.
- b) Fóruns e Conselhos Comunitários.
- c) Conselhos e Audiências Públicas de Saúde.
- d) Conferências e Fóruns de Controle Social.
- e) Conselhos e Conferências de Saúde.

6. Segundo a Lei Federal nº 8.142/90, é correto afirmar que:

- a) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação dos planos de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.
- b) O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e execução das ações de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
- c) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação na Conferência Nacional de Saúde.
- d) A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.
- e) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pela respectiva conferência.

7. Segundo a Lei Federal nº 8.142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como:

- a) Despesas de custeio e de capital dos municípios, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
- b) Investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.
- c) Investimentos previstos no Plano Quadrienal do Ministério da Saúde.

d) Cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

e) Cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e despesas de custeio dos Conselhos e Conferências de Saúde.

8. Segundo o disposto pela Lei Federal nº 8.142/90, para receberem os recursos, de que trata o art. 3º desta lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com, exceto:

- a) Fundo de Saúde.
- b) Conselho de Saúde, com composição paritária.
- c) Plano de saúde.
- d) Relatórios de gestão.
- e) Contrapartida de recursos para a saúde no respectivo Plano de Saúde.

9. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/12, é correto afirmar que, mantendo o que propôs as Resoluções nos 33/92 e 333/03 do CNS e consoante com as Recomendações da 10a e 11a Conferências Nacionais de Saúde, as vagas deverão ser distribuídas da seguinte forma:

- a) 40% de entidades e movimentos representativos de usuários.
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde.
- c) 25% de representação de governo.
- d) 25% de representação de serviços privados.
- e) 25% de representação prestadores de serviços sem fins lucrativos.

Espaço livre

10. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/12, é correto afirmar que

- a) As entidades, movimentos e instituições eleitas no Conselho de Saúde terão os conselheiros indicados, por escrito, conforme processos estabelecidos pelas respectivas entidades, movimentos e instituições e de acordo com a sua organização, com a recomendação de que ocorra renovação de seus representantes.
- b) Recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no máximo, 30% de suas entidades representativas.
- c) Um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, ou como prestador de serviços de saúde pode ser representante dos(as) Usuários(as) ou de Trabalhadores(as).
- d) A ocupação de funções na área da saúde que interfiram na autonomia representativa do Conselheiro(a) deve ser avaliada como possível impedimento da representação de Usuário(a) e Trabalhador(a), e, a juízo da Conferência de Saúde correspondente, indicativo de substituição do Conselheiro(a).
- e) A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiros, é permitida nos Conselhos de Saúde.

Espaço livre

11. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/12, a qual diretriz corresponde o seguinte texto: As três esferas de Governo garantirão autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico.

- a) Segunda Diretriz
- b) Terceira Diretriz
- c) Quinta Diretriz
- d) Quarta Diretriz
- e) Primeira Diretriz

12. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/12, é correto afirmar que:

- a) O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Presidente do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão
- b) O Plenário do Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- c) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.
- d) Qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pela respectiva Conferência e votada em plenária.
- e) Os Conselhos de Saúde, com autorização do Tribunal de Contas, podem buscar auditorias externas e independentes sobre as contas e atividades do Gestor do SUS.

13. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/12, aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete, exceto:

- a) Fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS.
- b) Acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde.
- c) Deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS.
- d) Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos.
- e) Acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

14. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/12, é correto afirmar que:

- a) O Conselho de Saúde é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.080/90.
- b) O processo bem-sucedido de descentralização da saúde promoveu o surgimento de Conselhos Regionais, Conselhos Locais, Conselhos Distritais de Saúde, incluindo os Conselhos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sob a coordenação dos Conselhos de Saúde da esfera correspondente.
- c) Como Subsistema da Previdência Social, o Conselho de Saúde atua na formulação e proposição de

estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

- d) Na instituição e reformulação dos Conselhos de Saúde o Poder Legislativo, respeitando os princípios da democracia, deverá acolher as demandas da população aprovadas nas Conferências de Saúde, e em consonância com a legislação.
- e) Nos Municípios onde não existem entidades, instituições e movimentos organizados em número suficiente para compor o Conselho, a eleição da representação será realizada em plenária no Município, promovida pela Conferência Municipal de maneira ampla e democrática.

15. Conforme o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/12, que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde, é correto afirmar que:

- a) Os Conselhos de Saúde são espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na execução das atividades assistenciais da saúde.
- b) As funções, como membro do Conselho de Saúde, serão remuneradas, considerando-se o seu exercício de relevância pública.
- c) A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso, um profissional com cargo permanente no SUS, não pode ser representante dos(as) Usuários(as) ou de Trabalhadores(as).
- d) Recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no máximo, 30% de suas entidades representativas.
- e) O Conselho de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias.

16. De acordo com a Resolução nº 453/12 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes para a criação, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde, os Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

- a) Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS.
- b) Avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Relatórios de Gestão Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.
- c) Acompanhar e controlar a atuação do setor privado da saúde.
- d) Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Saúde, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento descendentes, conforme legislação vigente.
- e) Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde. O acompanhamento e a movimentação e destino dos recursos é de responsabilidade do Tribunal de contas do respectivo ente federativo.

17. De acordo com a Resolução nº 453/12 do Conselho Nacional de Saúde, a participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. De acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, serão contempladas, dentre outras, as seguintes representações, exceto:

- a) associações de pessoas com patologias.
- b) associações de pessoas com deficiências.
- c) entidades indígenas.

d) movimentos sociais e populares, organizados (movimento negro, LGBT...).

e) entidades privadas de pesquisa e desenvolvimento.

18. De acordo com a Resolução nº 453/12 do Conselho Nacional de Saúde, é incorreto afirmar que:

- a) A ocupação de funções na área da saúde que interfiram na autonomia representativa do Conselheiro(a) deve ser avaliada como possível impedimento da representação de Usuário(a) e Trabalhador(a), e, a juízo da entidade, indicativo de substituição do Conselheiro(a).
- b) A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso, um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, ou como prestador de serviços de saúde não pode ser representante dos(as) Usuários(as) ou de Trabalhadores(as).
- c) o Conselho de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias. As comissões não poderão contar com integrantes não conselheiros.
- d) o Pleno do Conselho de Saúde deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos.
- e) As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-se-lhes publicidade oficial.

Espaço livre

19. De acordo com a Resolução nº 453/12 do Conselho Nacional de Saúde, complete a sentença: O Conselho de Saúde é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, integrante da estrutura _____ do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.142/90. O processo bem-sucedido de _____ da saúde promoveu o surgimento de Conselhos Regionais, Conselhos Locais, Conselhos Distritais de Saúde, incluindo os Conselhos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sob a _____ dos Conselhos de Saúde da esfera correspondente. Assim, os Conselhos de Saúde são espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na _____ da saúde.

- a) organizacional - regionalização - ordenação - administração
- b) administrativa - descentralização - gestão - assistência.
- c) estratégica - hierarquização - coordenação - gestão.
- d) organizacional - descentralização - coordenação - administração
- e) administrativa - regionalização - coordenação - organização.

Espaço livre

20. De acordo com a Resolução nº 553/17 do Conselho Nacional de Saúde, que aprova a atualização da Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde, é correto afirmar que:

- a) Cada pessoa possui direito de ser acolhida no momento em que chegar ao serviço e conforme sua necessidade de saúde e especificidade, independentemente de senhas ou procedimentos burocráticos, respeitando as prioridades garantidas em Lei.
- b) O acesso se dará preferencialmente nos serviços de urgência e emergência.
- c) Nas situações de urgência e emergência, apenas a atenção secundária em saúde deve receber e cuidar da pessoa bem como encaminhá-la para outro serviço no caso de necessidade.
- d) Em caso de risco de vida ou lesão grave, deverá ser assegurada a remoção do usuário, em até 72 horas e em condições seguras para um serviço de saúde com capacidade para resolver seu tipo de problema.
- e) O encaminhamento às especialidades e aos hospitais, pela Atenção Básica, será estabelecido em função da necessidade de saúde e indicação clínica, levando-se em conta a as condições sociais a ser analisado pelas centrais de regulação, com transparência.

21 Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, a qual diretriz corresponde o seguinte texto: Toda pessoa deve ter seus valores, cultura e direitos respeitados na relação com os serviços de saúde.

- a) Segunda Diretriz
- b) Terceira Diretriz
- c) Quinta Diretriz
- d) Quarta Diretriz
- e) Primeira Diretriz

22. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, assinale a alternativa incorreta:

- a) É direito da pessoa ter atendimento adequado, inclusivo e acessível, com qualidade, no tempo certo e com garantia de continuidade do tratamento.
- b) As ouvidorias, corregedorias, audiências públicas e outras formas extra institucionais de exercício da saúde garantidas em lei, são espaços de participação cidadã.
- c) As unidades básicas de saúde devem constituir conselhos locais de saúde com participação da comunidade.
- d) As pessoas deverão seguir o plano de tratamento proposto pelo profissional ou pela equipe de saúde responsável pelo seu cuidado, que deve ser compreendido e aceito pela pessoa que também é responsável pelo seu tratamento.
- e) As pessoas deverão não dificultar a aplicação de medidas sanitárias, bem como as ações de fiscalização sanitária.

23. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, a promoção e a proteção da saúde devem estar relacionadas com as condições sociais, culturais e econômicas das pessoas, incluídos aspectos como:

- a) dados de observação e da evolução clínica.
- b) prescrição terapêutica.
- c) avaliações dos profissionais da equipe.
- d) saneamento básico e ambiental.
- e) procedimentos e cuidados de enfermagem.

Espaço livre

24. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, toda pessoa deve ter seus valores, cultura e direitos respeitados na relação com os serviços de saúde. Esses direitos serão garantidos por meio de:

- a) escolha do tipo de plano de saúde que melhor lhe convier, de acordo com as exigências mínimas constantes da legislação e a informação pela operadora sobre a cobertura, custos e condições do plano que está adquirindo.
- b) Sigilo e a confidencialidade de todas as informações pessoais, mesmo após a morte, salvo nos casos de risco à saúde institucional.
- c) Acesso apenas da pessoa ao conteúdo do seu prontuário e a garantia de envio e fornecimento de cópia, em caso de encaminhamento a outro serviço ou mudança de domicílio.
- d) Obtenção de laudo, relatório sempre que justificado por sua situação de saúde. O atestado somente será emitido caso o médico julgue necessário.
- e) A liberdade, apenas antes do início do tratamento, de procurar segunda opinião ou parecer de outro profissional ou serviço sobre seu estado de saúde ou sobre procedimentos recomendados.

25. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, a promoção e a proteção da saúde devem estar relacionadas com as condições sociais, culturais e econômicas das pessoas, incluídos aspectos como, exceto:

- a) Segurança alimentar e nutricional.
- b) Resultados dos exames realizados.
- c) Tratamento às doenças negligenciadas conforme cada região do País.
- d) Educação baseada nos princípios dos Direitos Humanos.
- e) Acesso à moradia, transporte, lazer, segurança pública e previdência social.

26. Segundo o disposto pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, o recebimento das receitas e prescrições terapêuticas, deverão conter, exceto:

- a) o nome genérico das substâncias prescritas.
- b) clara indicação da dose e do modo de usar.
- c) escrita impressa, datilografada ou digitada, ou em caligrafia legível.
- d) textos sem códigos ou abreviaturas.
- e) a assinatura e o carimbo do profissional.

27. Segundo o disposto, pela Sexta diretriz, da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, os Conselhos de Saúde deverão informar à população sobre:

- a) ações e procedimentos disponíveis.
- b) horários de funcionamento dos conselhos.
- c) deliberações e ações desencadeadas.
- d) telefones dos conselhos.
- e) endereços dos conselhos.

Espaço livre

28. Segundo o disposto, da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, os gestores do SUS, das três esferas de governo, para observância dessas diretrizes, comprometem-se a:

- a) Promover o respeito e o cumprimento desses direitos e deveres, com a adoção de medidas regressivas, para sua efetivação.
- b) Adotar as providências necessárias para subsidiar a divulgação desta Resolução, excluindo as suas ações as diretrizes relativas aos direitos e deveres das pessoas.
- c) Incentivar e implementar formas de participação dos trabalhadores e usuários da iniciativa privada nas instâncias e participação de controle social do SUS.
- d) Adotar estratégias para o cumprimento efetivo da legislação e das normatizações do SUS.
- e) Promover melhorias contínuas, na rede SUS, como a informatização para implantar o Cartão SUS e o Prontuário Eletrônico com os objetivos de ampliar e facilitar o acesso dos gestores aos dados dos usuários.

Espaço livre

29. Segundo o disposto, da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, é direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe:

- a) A identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil, sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas.
- b) A identificação dos profissionais apenas por crachás visíveis.
- c) O direito a acompanhante, pessoa de sua livre escolha, apenas nas consultas.
- d) O direito a acompanhante, nos casos de internação, nas situações previstas em regulamento interno da unidade.
- e) O direito a visita diária inferior a duas horas, preferencialmente, abertas em todas as unidades de internação, ressalvadas as situações técnicas não indicadas.

Espaço livre

30. Segundo o disposto, da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 553/17, o encaminhamento para outros serviços de saúde deve ser por meio de um documento que contenha, exceto:

- a) Caligrafia legível ou datilografada ou digitada ou por meio eletrônico.
- b) história clínica completa, possíveis diagnósticos, tratamento realizado, evolução e o motivo do encaminhamento.
- c) Nome legível do profissional e seu número de registro no conselho profissional, assinado, datado e carimbado.
- d) Somente a identificação da unidade de saúde para a qual a pessoa está sendo encaminhada.
- e) Linguagem utilizando, preferencialmente, códigos ou abreviaturas, a fim de resguardar o sigilo do usuário.

Espaço livre

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
